



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - CCT

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa, nos termos dos incisos III e XIII do art. 24 combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de **Audiência Pública nesta comissão, para tratar sobre os desafios e as oportunidades do uso da Inteligência Artificial (IA) na Administração Pública brasileira**. Com o objetivo de discutir acerca do tema centrado em seu impacto na eficiência dos serviços públicos, além de subsidiar a formulação de diretrizes e propostas legislativas sobre o tema, faz-se necessária uma discussão ampliada, baseada na análise e no compartilhamento de experiências das instituições e especialistas indicados abaixo.

Pontos que serão discutidos no evento:

- a) Potencial da Inteligência Artificial para modernização e eficiência da Administração Pública;
- b) Desafios éticos e jurídicos no uso de IA;
- c) O papel dos servidores públicos na implementação e fiscalização de soluções de IA;
- d) A importância da capacitação técnica e ética dos profissionais de tecnologia da informação no setor público;
- e) Riscos de reprodução de desigualdades e discriminação algorítmica;



- f) Propostas para regulamentação e governança do uso de IA na Administração Pública.

Sugiro como convidados as seguintes representações:

1. Representante José Gontijo - Instituto Hardware BR – HBR;
2. Representante Carlos Jacobino Lima - Sindicato das Indústrias da Informação do Distrito Federal (Sinfor-DF);
3. Representante Rudinei Marques – Fórum das Carreiras Típicas de Estado - FONACATE;
4. Representante do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo – SINSSP;
5. Gilberto Lima Jr., Representante da Metapolítica e Instituto Illuminante de Inovação Tecnológica e Impacto Social;
6. Professor Anderson Soares do Centro de Excelência em Inteligência Artificial da universidade (Ceia-UFG).

JUSTIFICAÇÃO

A realização de uma audiência pública na e Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados sobre os desafios e oportunidades para o uso de Inteligência Artificial (IA) na Administração Pública é fundamental diante do avanço acelerado dessa tecnologia e de seus impactos diretos na gestão pública. A IA já está sendo incorporada a processos administrativos para aumentar a eficiência, reduzir custos e aprimorar a prestação de serviços ao cidadão. Além disso, destaca-se o papel estratégico dos servidores públicos, os responsáveis pela aplicação concreta dessas tecnologias e pela mediação entre inovação e interesse público. O debate ampliado com especialistas, representantes da sociedade civil e atores do setor de tecnologia da informação é indispensável para antecipar riscos e formular soluções que respeitem os princípios constitucionais.



A audiência pública também se justifica como um espaço para identificar oportunidades que a IA oferece para a modernização do Estado e a melhoria da formulação e execução de políticas públicas. A integração de soluções de IA pode potencializar a capacidade analítica da administração pública, facilitar a gestão de dados em larga escala e promover decisões mais precisas e baseadas em evidências. Nesse contexto, a atuação qualificada dos profissionais de tecnologia da informação é crucial para garantir o desenvolvimento e a aplicação de sistemas confiáveis, éticos e seguros, alinhados às necessidades da sociedade. Paralelamente, a capacitação dos servidores públicos torna-se imprescindível para assegurar que essas ferramentas sejam utilizadas de maneira responsável, inclusiva e orientada ao interesse coletivo, sem agravar desigualdades ou comprometer direitos fundamentais.

Por fim, a audiência servirá como etapa preparatória para a construção de um marco normativo sólido e orientado à realidade brasileira sobre o uso da Inteligência Artificial na Administração Pública. A participação ativa dos servidores públicos e dos profissionais de tecnologia da informação e acadêmicos nesse debate é essencial para garantir que as regulamentações futuras não apenas resguardecem princípios como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, mas também assegurem a governança democrática e a confiança da sociedade no uso dessas tecnologias emergentes pelo Estado.

Diante da relevância do tema, conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em ____ de _____ de 2025

Maria do Rosário
Deputada Federal (PT/RS)

